



Debate

Comentários sobre o livro *O Brasil-Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional**

Comments on the book Brasil-Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional

Marcus Vinícius Caixeta¹

* Recebido em: 11.02.2020.
Aprovado em: 21.03.2020.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília, Brasil (2018). Analista em Ciência e Tecnologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Email: ?????

Resumo: Realizado a partir do debate ocorrido no XXIV Seminário de Pesquisa do Grupo Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD), em outubro de 2020, o texto reúne três comentários sobre o livro *O Brasil-Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*, de autoria de Fabrício Maciel. Ao final, o autor do livro responde as questões postas.

Palavras-chave: Brasil-nação; identidade nacional; mito; história política brasileira; ideologia.

Abstract: Held from the debate that took place at the XXIV Research Seminar of the Culture, Memory and Development Group (CMD), in October 2020, the text brings together three comments on the book *O Brasil-Nação as Ideologia: the rhetorical and socio-political construction of national identity*, authored by Fabrício Maciel. In the end, the author of the book answers the questions asked.

Keywords: Brazil-nation; national identity; myth; Brazilian political history; ideology.



Durante a edição do XXIV Seminário Interno de Pesquisa do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD), em outubro deste ano, foi realizada a mesa composta por Marcus Vinícius Caixeta, Ricardo Visser e Diogo Valença. O encontro – *on line* – esteve motivado pelo debate sobre o livro *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*, de Fabrício Maciel, lançado neste ano. Nesta seção, a proposta é reconstruir a situação da mesa a partir dos comentários de cada um dos debatedores. Ao final, o autor responde as três discussões do seu livro.

O livro de Fabrício Maciel é uma contribuição muito bem-vinda ao debate acerca da constituição de nossa chamada identidade nacional. No contexto da Independência política do Brasil, em 1822, e daí em diante, pretendeu-se formular uma “identidade própria” ao país, um conjunto de representações que legitimasse esse novo país como *nação* e que, assim, produzisse em sua população tão heterogênea um sentimento de pertencimento e solidariedade. Essa tarefa, por óbvio, não encontra jamais um ponto final. Uma narrativa do *nós* deve ser constantemente imaginada, atualizada.

Partindo da matriz da sociologia do conhecimento de inspiração marxista, como nos lembra o professor Edson Farias no Prefácio à 2 edição, Maciel busca tratar desta *narrativa do Brasil-nação* como uma *ideologia* e, como tal, ela é tomada como *mistificação*.

Assim, pode-se dizer que, para o autor, as ideias dominantes em torno das quais os brasileiros se reconhecem são um mito forjado no âmbito dos interesses das elites. O autor pretende então, a partir desse diagnóstico, fazer uma crítica a algumas das narrativas totalizadoras que legitimam a dominação social.

Em específico, no caso brasileiro, para o autor, e de acordo com formulação de Edson Farias no mesmo prefácio, a questão nacional é formulada a partir da atenção a como concentração fundiária e trabalho escravo fecundaram imaginários e imagens sobre o ser nacional.

A escravidão é tomada como forma principal de explicar a persistência da desigualdade no país. Daí a importância de Joaquim Nabuco ao relato, uma vez que, na visão do autor, ele logra mostrar de que modo a escravidão é verdadeira instituição total nacional.

José Bonifácio, por sua vez, o primeiro dos pensadores analisados no livro, embora não deixe de ser inovador em seu contexto, é tomado como o típico ideólogo da classe dominante. Segundo Maciel, o liberal Bonifácio idealiza a unidade nacional a partir de um projeto de regeneração política e recíproca união, o que exigiria dos patriotas os bons sentimentos de “boa-fé, imparcialidade, madureza e crítica apurada”, sentimentos que Bonifácio busca relacionar aos brasileiros.

Mas para que esses bons sentimentos possam vicejar, “(...) Bonifácio compreendia que *apenas um governo forte e constitucional* poderia abrir o caminho para o aumento da civilização e riqueza



progressiva do Brasil, além de defendê-lo de seus inimigos externos e coibir as facções internas (...).”

É interessante – diz Maciel – perceber que a forma como Bonifácio compreende a bondade brasileira sugere uma ingenuidade e uma fragilidade nacional que pressupõe a necessidade de um *Estado forte, que seja protetor e tutelador de seu humilde povo*. Este aspecto de seu discurso é intrigante, pois aqui já se começa a justificar o populismo brasileiro, atualizado no populismo de direita de Jair Bolsonaro, construindo uma falsa articulação política entre o Estado e a nação.

A realidade – especificamente a condição degradada dos escravos e a situação atrasada dos índios – é tomada por Bonifácio como obstáculo à realização do Brasil-nação ideal-legal.

Por fim, Maciel resume a ideologia nacional de Bonifácio:

(...) José Bonifácio apresenta seus apontamentos sobre a escravidão ao mesmo tempo em que constrói a ideologia do Brasil-nação em seus principais pilares, ou seja, um território gigantesco e com solo e clima abençoados por Deus como em nenhum outro lugar do planeta, além de sua excelente posição geográfica; neste maravilhoso lugar habitam povos das mais diversas origens e costumes, o que pode favorecer uma nação forte, pois sintetiza uma gama ímpar de atualidades. De modo que o maior problema deste magnífico cosmos entre Deus, povo, política e natureza é a escravidão, que deve ser eliminada gradualmente pelo Estado liberal tutelar que condiciona, com a ajuda dos senhores, a emancipação e civilização dos escravos em modernos trabalhadores produtivos e consumidores para a sociedade de mercado.

Joaquim Nabuco, diferentemente, na visão de Maciel, é “o autor do século XIX que melhor demonstrou as contradições sociais da jovem nação brasileira.” A seu ver, “(...) Joaquim Nabuco usou o

ideal construído de nação para mostrar seu outro lado, ou seja, o que não éramos em relação àquela ideologia. Suas obras atuaram no sentido de desmascarar nossa grande incoerência nacional: o abismo entre a nação ideal e a nação real, da vida cotidiana, estruturada a partir da profunda e degradante instituição da escravidão.”

De acordo com o autor, portanto, Nabuco, ao contrário dos outros autores analisados, não reforçaria o discurso ideológico da nação. “Fazendo um retrospecto das medidas legais do Estado em relação à escravidão, Nabuco apresenta um quadro de como a nação ideal-legal da geração de Bonifácio não correspondeu à realidade econômica, política e social do império ainda dominado pela escravidão.”

Ainda para Maciel,

(...) Nabuco é o primeiro autor que trata de forma sistematizada do tema do abismo entre classes no Brasil, e sua avaliação não poderia deixar de ponderar a questão da alocação e da relação entre as raças na sociedade brasileira (...). De modo que Nabuco é incisivo ao mostrar que a grande questão social brasileira, já naquela época, não era apenas de cor, mas também de classe, uma vez que, em sua opinião, a escravidão não ‘azedou’ nunca a alma do escravo contra o senhor, pensando estes enquanto tipos sociais, e nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos (...).

Aqui o autor parece comprar, talvez sem as ressalvas necessárias, o discurso de Nabuco segundo o qual não existe racismo de cor no Brasil. Isso, a meu ver, deve-se principalmente à hipótese subjacente ao livro, que é a da centralidade da questão de classe na



explicação do fracasso do país em lidar com a desigualdade. “Parece que, para ele [Nabuco], a cor não é o elemento essencial para a produção e sustentação de nossa desigualdade social. Isto se deve a uma questão estrutural de classe, que é a condição desigual e degradante em que se encontram senhores e escravos, e não a uma fonte moral substantiva, como é o caso da religiosidade norte-americana.”

Assim, a tese de Maciel é a da originalidade de Nabuco em se valer da centralidade da classe, como conceito, na análise da sociedade brasileira, marcada pela precariedade, seu verdadeiro elemento estruturante.

O autor recorre frequentemente à imagem de uma *fachada* ideal-legal em contraposição à *realidade*. Nabuco, diferentemente dos demais autores tratados no livro, é visto como um analista que enxerga os *alicerces*. De acordo com essa imagem, Nabuco denunciaria a “*ficção engenhosa*” da “nação jurídica e ideologicamente liberal”, a esconder que, em verdade, é essencialmente escravocrata.

Considerando que, no livro, o professor Fabrício Maciel destaca Nabuco como o intelectual mais honesto, em comparação aos outros pensadores sociais tratados, na caracterização do que ele chama de *Brasil real*, especialmente no *Abolicionismo*, acredito ser pertinente, também, mostrar que, embora seja verdade que Nabuco caracterize de modo inovador determinados aspectos do Brasil de sua época, ele não deixa de contribuir, tal como Bonifácio antes de dele, e

Freyre e os demais autores, depois, para uma narrativa que contribui à criação de uma imagem de Brasil ideal.

O Nabuco apresentado por Maciel é o abolicionista, o da negação do ideal construído da nação. Sim, é verdade que Nabuco enxergou a escravidão como sistema social perverso responsável pelo atraso do país, mas, se dermos um passo à frente, pode-se observar que Nabuco também é outro, o da afirmação de um ideal, baseado na tradição.

Assim, para esse outro Nabuco, o monarquista saudoso do regime imperial caído em 1889 com a República, o elemento principal a compor essa imagem de nacionalidade, indissociável do Estado nacional – o que o aproxima de Bonifácio – é a memória, a tradição. A obra na qual ele expõe de modo mais bem elaborado essa teoria do universo monárquico, mediante a exaltação de seus símbolos e valores, é sua autobiografia, *Minha Formação*, que veio a lume em 1900.

Os códigos de etiqueta e polidez da sociedade de corte no Brasil são mobilizados em sua reconstrução autobiográfica, na qual Nabuco privilegia a adaptação em detrimento da ruptura, postura bem distinta daquela que Maciel celebra no *Abolicionismo*. *Minha formação*, escrito quase 20 anos após o *Abolicionismo*, vale-se do “esquecimento” dos impasses que levaram à derrocada do sistema monárquico para consagrar o valor da tradição do Império.

Para Nabuco, essa tradição é responsável por entregar ao país um tipo de personalidade que se valeu da conciliação para levar a



cabo tanto progresso quanto civilização ou, dito de outro modo, o progresso por meio da difusão da civilização de matriz europeia. Assim, Nabuco, ao tratar da sua própria formação moral, religiosa e intelectual, fornece um testemunho de como aquele mundo de cavalheiros – cujo centro era o Parlamento – deve ser reputado como o “verdadeiro Brasil”. *Minha formação* é, precisamente, uma homenagem ao caráter conciliador, cosmopolita e civilizado da sociedade monárquica.

Por mais esdrúxulo que isso possa parecer à luz do que vimos formulado no *Abolicionismo*, porque se trata de fato de uma mudança significativa de enfoque, da infraestrutura à superestrutura, digamos assim, da análise do regime servil ao elenco de valores e saberes dos homens que compunham a elite dirigente imperial, Nabuco está se mantendo coerente à sua visão de mudança social, como a ela se refere Vamireh Chacon no livro *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador (sua filosofia política)* (2000).

Porque, como Maciel reconhece, “Nabuco foi um liberal monarquista que acreditava na força do Estado”, o que é absolutamente determinante para ele. Chacon aponta, por exemplo, que contribuiu para a conhecida admiração de Nabuco pela política inglesa de sua época a impressão fortíssima da atuação dos grandes estadistas da época vitoriana, como Lord Salisbury, Gladstone e Disraeli.

Assim, deve-se atentar ao modo como Nabuco supõe os movimentos e mudanças sociais, entre eles incluído o movimento pela abolição. Nas palavras de Chacon:

na visão de Joaquim Nabuco e do seu tempo, influenciados pela ascendente hegemonia mundial do modelo anglo-americano (no caso de Nabuco mais o britânico que o estadunidense), **a mudança social tinha de permanecer sob flexível, porém firme, controle social por iluminada classe dirigente capaz de assim impor-se à classe dominante, para incorporação gradativa de cada vez mais grupos canalizados institucionalmente, mesmo sob pressão de baixo para cima. É a Revolução Conservadora: acomodações sucessivas menos ou mais dirigidas, sem perda de estabilidade do conjunto.** (2000, p. 76-77 – negrito meu)

Assim, mesmo a abolição da escravidão, reforma essencial e primeira para a evolução civilizacional e política do país, deveria, para Nabuco, ser comandada de cima para baixo.

É disso que se trata quando ele, no livro *Minha formação*, no lugar de formular um relato sobre sua intimidade, evoca, nas palavras da professora Maria Alice Rezende de Carvalho (2000, p.222), “uma certa tradição brasileira, revelada tanto na conduta das elites políticas imperiais – o que Nabuco faz também em *Um Estadista* –, da qual se considerava herdeiro, quanto na índole conservadora da história nacional, que indispunha o Brasil às rupturas revolucionárias.” Semelhante, portanto, a Bonifácio e, também, a Freyre, como mostra Maciel:



² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015). Pesquisador pós-doutoral da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Freyre remete-se a um aspecto muito arraigado de nosso senso comum: somente um governo forte pode atender a múltiplas necessidades divergentes sem que estas causem uma fragmentação nacional que resulte em anarquia. E assim, no Brasil, vai se harmonizando magicamente os extremos opostos entre autoridade e liberdade. Na verdade, Freyre vai defender o tempo todo que esta nossa capacidade singular, de síntese de opostos, é nossa maior virtude, diferenciando-nos positivamente de todas as democracias na América.

Referências

- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Minha Formação*. In: Introdução ao Brasil. Um Banquete nos Trópicos, 2. MOTA, Lourenço Dantas (org.) São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2000.
- CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador (sua filosofia política)*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- MACIEL, Fabricio. *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. (e-book)
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

Ricardo Visser²

O livro *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*, por Fabrício Maciel, traz uma importante contribuição ao pensamento social brasileiro e à teoria social. Sua empresa intelectual objetiva compreender a formação dos principais aspectos e conteúdos da retórica a respeito da identidade nacional. A metodologia escolhida se aproxima daquela introduzida

pelo filósofo canadense Charles Taylor (1989), segundo a qual os autores tratados não são contemplados hermeticamente, mas dentro de um contexto temático e histórico mais amplo. Neste particular, os intérpretes do Brasil tratados pelo livro são analisados como um veículo para entender como influenciaram a concepção de nós brasileiros temos a nosso próprio respeito. Assim sendo, as ideias são situadas historicamente, bem como tematicamente.

O mérito do livro de Fabrício Maciel consiste em demonstrar, com veemência e consistência, a continuidade dos principais elementos que formam a auto interpretação dos brasileiros. Isto se mostra com especial força e intensidade a partir de Gilberto Freyre, muito embora seus antecessores, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, já expressem algumas características centrais de nossa identidade nacional. Sob este prisma, a obra de Freyre opera uma sistematização e uma reinterpretação positiva de quais seriam as principais características da cultura, do povo e da política brasileira.

As principais ideias que vingaram a partir de Gilberto Freyre e, posteriormente, estendidas por Roberto Damatta e parcialmente endossadas na tese do autoritarismo brasileiro elaborada por Marilena Chauí, são de que a formação das características gerais do brasileiro seriam compostas por elementos inversos aos encontrados nos países europeus e norte-americanos, por sua vez, com uma estrutura social moderna e instituições racionalizadas.

A singularidade cultural brasileira seria perpassada não pela objetividade fria e racional, mas pela afetividade, pela passividade,



pela cordialidade e pela propensão a confundir e estender a esfera privada na pública. A rua como extensão da casa, o desvio da impessoalidade da lei pela extensão da personalidade, o Estado como mera extensão dos laços familiares privados. Assim, culturalismo e patrimonialismo se encontrariam, pois a dita “cultura política” do Brasil seria a extensão do personalismo em detrimento, digamos, de partidos e projetos nacionais. Como demonstra Maciel, o grande problema do culturalismo e o patrimonialismo é se apoiar numa concepção generalista e essencializada do brasileiro, assim como numa pretensa herança ibérica, como se o Brasil fosse uma espécie de continuidade de Portugal. Muito embora possam se escorar em minúcias do cotidiano – largamente utilizadas por Roberto Damatta para comprovar a existência do “jeitinho brasileiro” – é inegável fato de que, no Brasil, penetrou a economia monetária moderna mediada pelo dinheiro (meio de troca impessoal e universal) e por leis impessoais impostas pelo Estado. Assim, existem elementos estruturais que comprovam a existência da capilaridade das fontes impessoais de poder entre nós.

O livro nos instiga à inescapável reflexão de que é fundamental encontrar a transposição da tese culturalista e patrimonialista em projetos políticos atuais. Neste caso, a Operação Lava-Jato, cujo auge vigorou até pouco tempo atrás, fornece um caso exemplar, já que teve graves consequências institucionais e políticas. Certamente, o culturalismo e o patrimonialismo amparou toda a filosofia social prática da Lava Jato. Uma vez mais, a força do

culturalismo e do patrimonialismo se faz presente, sob a ideia perigosamente ingênua e moralista da ética na política, acolhida mesmo em partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores. Basta recordarmos que o marco legal que amparou a delação premiada e as conduções coercitivas foi aprovado nos governos de Dilma Rousseff (Warde, 2019).

Voltemos ao livro. Ao recuarmos um pouco e olharmos para José Bonifácio e Joaquim Nabuco, encontramos uma classe distinta de homens de Estado. Segundo Maciel, Bonifácio é responsável por dotar o imaginário nacional de uma aura mágica, ligada às virtudes do povo, à exuberância da natureza na extensão de nosso território e à crença de que nossos problemas políticos poderiam ser resolvidos pela vontade de Deus (Maciel, 2007, p. 26-27). Conquanto capte acertadamente a dimensão mágica específica ao mito nacional brasileiro, faz-se necessário questionar sua distinção, por vezes deveras rígida, entre magia e ética, claramente inspirada na sociologia weberiana.

Desta maneira, questiono se a construção de toda identidade nacional contém algum elemento mágico, ou seja, baseado em elementos irracionais, ou se este elemento mágico é exclusividade da formação da identidade nacional brasileira. Por esgarçar a lógica desta distinção clássica, Maciel cai numa contradição. Na seguinte passagem lê-se:

O fato de a civilização encontrar, aqui, uma estrutura social calcada em princípios aéticos é importante para entendermos que a formação de um mito nacional em



³ Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=zpQYsk-8dWg>

nosso caso não poderia deste modo apelar para sentimentos éticos, mas apenas para sentimentos mágicos, como temos visto até aqui. Também por isso, além de por princípios liberais, a escravidão precisava ser condenada, pois era assim antiética ao sentido purificado de nosso cosmos sagrado. (Maciel, 2007, p. 29).

A contradição, aqui, se reflete no seguinte: como é que a escravidão, no Brasil, poderia ser condenada como antiética, se a estrutura social era justamente calcada em princípios éticos? Se nosso cosmos sagrado não passa de uma idealização, como ele seria capaz de imbuir os indivíduos de um sentimento de indignação moral contra a escravidão? É justamente por ousar responder tais perguntas tão grandiosas que o livro nos estimula a questioná-lo.

Por fim, faço um último comentário crítico. A obra de Maciel poderia ter reservado mais espaço para tratar daquilo que unia José Bonifácio e Joaquim Nabuco: o monarquismo liberal. O esclarecimento deste ponto é fundamental, pois alude às contradições que perpassavam os possíveis destinos do país no século XIX. Contudo, o livro sugere que ambos entendiam o liberalismo, sobretudo, através da abolição da escravatura e da concepção de que a sociedade competitiva, baseada no emprego do trabalho livre, teria, por si própria, a capacidade de levar o país a patamares elevados de afluência material e civilizacional. Assim sendo, no âmbito da ordem política, ambos seriam defensores da monarquia constitucional juntamente com uma ordem econômica liberal e competitiva. Tudo leva a crer que o liberalismo de Bonifácio e Nabuco pende ao

liberalismo dentro da esfera econômica, já que, politicamente, apoiavam o Império. É evidente que esta afirmação não está despida de contradições, mas ela serve à comparação com traços da formação da identidade nacional americana.

Nos Estados Unidos, a democracia e a União dos estados do norte, já altamente industrializados, que impulsionavam o desenvolvimento americano. Isto é, não foi o liberalismo econômico que promoveu o desenvolvimento americano, mas um misto institucional de democracia capilar, federalismo descentralizado e Estado empreendedor (Mazzucato, 2014). Exemplifico.

O primeiro caso pode ser ilustrado no filme *The Corporation*³, que mostra entre 7:30 – 8:30 mins que as primeiras corporações estadunidenses não passavam de organizações licenciadas pelo Estado para desempenhar tarefas específicas. O tamanho da capitalização, a duração da operação, o que faziam, etc., tudo isso era estipulado via decretos estatais. Além disso, não podiam comprar outras corporações, como no caso das fusões, por exemplo.

Ao nível dos agentes, o sociólogo Wright Mills nos fornece a resposta. Em *A elite do poder*, lemos:

O importante fato sobre estes primeiros dias é que a vida social, instituições econômicas, a ordem militar e política coincidiam. Homens que eram do alto escalão político também desempenhavam um papel chave na economia e com suas famílias, pertenciam aos mais reputados na sociedade local. (Mills, 2000, p. 270).

A passagem ilustra algumas ideias importantes. A primeira delas é que não existia a função especializada de homem de negócios



⁴ Professor de sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB.

ou mesmo do empresário. A segunda é que, ao contrário do que Damatta pensa, não existe distinção entre honra familiar e individual, não se confirmando a participação de grandes famílias em negócios públicos como exclusividade brasileira.

Nos momentos iniciais cruciais da *Nation Building* americana, a combinação entre democracia capilar, federalismo jurisdicional e politicamente descentralizado e Estado empreendedor (Mazucato, 2014) (de verve industrializadora) parece uma tese mais plausível do que a excepcionalidade americana, endossada pela leitura de Maciel de Jessé Souza (Maciel apud Souza, 2007, p. 78). Nesta passagem afirma-se a modernização americana como não tendo o Estado como agente centralizador. Como vimos acima, não foi exatamente isso que vingou em solo estadunidense.

Concluo enfatizando que nenhuma destes comentários críticos tira o justo mérito da obra de Maciel. Ao contrário, exatamente por se propor enfrentar tais questões é que a obra conduzir o leitor a ir atrás de mais informações. Este deveria ser o papel de toda Ciência Social de ponta. Assim, a verve do livro nos obriga a romper com as ilusões culturalistas e patrimonialistas sobre nós próprios e avançar por outras veredas.

Referências Bibliográficas:

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. privado*. 1ª. Ed. São Paulo: Penguin Books, 2014.

MILLS, Wright. *The Power Elite*. 1a Ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

TAYLOR, Charles. *Sources of The Self: the making of the modern identity*. 1.ed. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

WARDE, Wilfrido. *O Espetáculo da Corrupção: como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Leya, 2019.

Diogo Valença de Azevedo Costa⁴

O livro de Fabrício Maciel, *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*, emerge como uma leitura inquietante diante dos rumos políticos atuais de nosso país, os quais revelaram as faces particularistas, as paixões violentas e o mandonismo entranhado no caráter do homem cordial brasileiro. Essa imagem de Sérgio Buarque de Holanda, muitas vezes tomada inadvertidamente como um elogio da nossa contribuição original para a civilização moderna e a humanidade, na verdade nos ajuda a desvelar dimensões do nosso modo de ser que, por uma etiqueta racial e social, pelo menos até pouco tempo atrás tentávamos esconder. O Brasil-nação ideal hoje se autodesmascara com certos arroubos atávicos de autoritarismos enraizados em nosso passado colonial, hoje cultivados como uma virtude pelo brasileiro pertencente às camadas médias que em geral se pensam como elites.



O livro de Fabrício Maciel nos ajuda a retirar as máscaras desse mito da brasilidade e a levantar novas questões que nos conduzam a repensar nossa (in)autenticidade nacional. Na verdade, o autor quer mesmo superar as representações atávicas das diversas ideologias nacionalistas da nossa brasilidade. Seria um trabalho de Sísifo ou talvez mesmo uma batalha quixotesca contra moinhos de vento imaginários, pois, sejamos críticos ou não de tais ideologias, sem perceber as atualizamos em nossas práticas sociais e políticas cotidianas. No entanto, a tarefa se faz urgente e necessária.

A leitura também nos remete a outra tentativa crítica em tal direção, a contribuição já clássica de Dante Moreira Leite, *O caráter nacional brasileiro*, escrito num contexto histórico totalmente distinto em meados da década de 1950 e com outras referências políticas e teóricas, mais afins à Psicologia Social, a começar pela diferença conceitual entre as noções de *caráter* e *identidade*. Mas a ideia dos dois trabalhos me parece ser a mesma, a de criticar as ideologias da brasilidade. Fabrício Maciel nos brinda com uma escrita agradável, direta e sem pretensões beletristas, própria de quem se interessa por desvendar a realidade e não reproduzir a história de uma autoilusão ou da construção histórica de nosso mito nacional. Essa crítica ideológica, que resgata o melhor da sociologia *mannheimiana* do conhecimento, pois se opera ao longo do texto com a noção heurística de “ideologia total”, nos faz pensar sobre quais seriam os próprios pontos de vista ideológicos do autor, ou seja, quais seriam os seus próprios horizontes políticos, como integrante da sociedade brasileira,

que fundamentam inconscientemente seu presente trabalho de revisão crítica? Talvez um exercício interessante fosse abordar qual seria o avesso da ideologia do Brasil-nação, se considerarmos as vozes silenciadas ao longo da história brasileira, pertencentes aos estratos do povo alijados das posições mais vantajosas das estruturas de distribuição de riqueza, prestígio, cultura e poder. A questão da identidade nacional sempre foi colocada por porta-vozes das camadas dominantes, das elites brancas, mesmo quando se apresentavam como rebeldes e procuravam se afastar do senso-comum político dos horizontes de seus próprios grupos sociais.

Esse tipo de reflexão ultrapassa as finalidades do livro, mas um bom trabalho é justamente aquele que nos faz pensar adiante. O incômodo que a leitura nos desperta é o de que, na história do nosso pensamento social, a brasilidade, aquilo que seria o nosso caráter ou a nossa identidade nacional, buscando-se sempre homogeneizar o “ser brasileiro” sob os signos da mestiçagem, da cordialidade, da nossa suposta solidariedade espontânea, da nossa alegre hospitalidade atestada na receptividade ao estrangeiro ou, por fim, de tantas outras autoimagens positivas vendidas como as virtudes que nos singularizam face a outros povos e nações, tudo isso foi uma construção de categorias intelectuais mais ou menos vinculadas organicamente aos estratos das nossas elites, seja no Brasil império ou no republicano. O nacionalismo demagógico brasileiro se constrói como uma ideologia conservadora. Essa circunstância não é de modo algum culpa do autor, pois seu intento seria justamente explicitar esse



caráter ideológico que paira sobre a construção de nossos mitos de origem, mas que nos acompanham ainda hoje e deles precisamos nos desvencilhar, para seguir adiante e desconstruir tudo aquilo que nos prende ao pior do nosso passado. Num país como Cuba, por exemplo, vicejou historicamente um nacionalismo de outro tipo, revolucionário, vinculados a outros estratos da sociedade, como exemplifica a obra de José Martí. Teríamos que nos perguntar por que no Brasil não foi possível tal tipo de nacionalismo, que deveria ser elaborado a partir das condições de existência dos subalternos e das massas despossuídas.

Até mesmo Joaquim Nabuco, que desvenda criticamente no século XIX as distâncias entre o Brasil-ideal e o Brasil-real, apresenta sérias limitações na interpretação dos vários Brasis situados à margem e seus horizontes ideológicos não lhe permitem reconstruir uma imagem de nação construída a partir do olhar “dos de baixo”, dos escravizados, dos pobres e dos condenados do sistema, em suas fases colonial, neocolonial e de capitalismo dependente. É compreensível o entusiasmo de Fabrício Maciel pelas ideias de Nabuco, do qual podemos compartilhar, pois as ideias do pensador abolicionista eram, de fato, muito avançadas e radicais para sua época, obviamente dentro dos limites de uma concepção liberal esclarecida e ilustrada de um monarquista. O intelectual abolicionista acreditava falar por meio de um mandato da raça negra. Os movimentos contestatórios “dos de baixo” tornaram esse mandato nulo. Os negros, os povos originários, os condenados do sistema no

campo e na cidade e as classes trabalhadoras falam por si mesmos. A imagem de nação construída em tais movimentos seria o avesso dessa imagem de Brasil-ideal. Enquanto não fundamos um outro tipo de solidariedade nacional baseado em outros horizontes ideológicos, cabe justamente fazer o que o autor se propôs a realizar, desconstruir criticamente nossos mitos fundacionais como uma contribuição a um trabalho coletivo de questionamentos de uma brasilidade elitista, autoilusão e útil apenas para camuflar nossas contradições. Esse trabalho crítico se faz realmente necessário para evitar que incorporemos sub-repticiamente, em novas reconstruções ideológicas do Brasil, o ideário das camadas dominantes. Talvez o que devemos evitar seja nos considerarmos acima das ideologias, como parece ser o caso de um clássico como Dante Moreira Leite. Se não concordamos com as ideologias da brasilidade criticamente desconstruídas em *O Brasil-nação*, poderíamos nos indagar sobre os possíveis horizontes radicais de uma identidade nacional antagônica que podem estar presentes nos pensamentos elaborados, por exemplo, nos movimentos negros e indígenas atuantes na sociedade brasileira contemporânea.

A reconstrução que nos proporciona Fabrício Maciel desenha um itinerário bastante original e o livro prestará um grande serviço nos cursos de sociologia brasileira ou de pensamento social brasileiro, como estímulo à reflexão crítica e não meramente reverencial do nosso passado histórico. O autor tem consciência de que vários outros caminhos poderiam ter sido seguidos, mas suas escolhas recaíram



sobre José Bonifácio de Andrade e Silva, Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Roberto DaMatta visto sob o crivo crítico de Jessé Souza e Marilena Chauí. Trata-se de uma ampla linhagem do pensamento social brasileiro que se lançou ao exame da nossa identidade nacional, certamente com perspectivas ideológicas muito matizadas entre si e uns mais críticos do que outros. Não vem ao caso questionar essas escolhas, pois o autor procura justificá-las muito bem em momentos decisivos da nossa história política, representando tais momentos situações de ruptura ou de mudanças sociais irreversíveis. Às vezes me parece que procura se desculpar, em alguma passagem ou outra do livro, por não ter aprofundado, por exemplo, a crítica do *iberismo* de Buarque de Holanda. Diria apenas que se trata de um caminho possível dentre tanto outros. Talvez fosse preciso escrever um novo livro, e acredito que o autor possui talento para realizar a tarefa, para apresentar um contraponto das ideologias da brasilidade desconstruídas em *O Brasil-nação*, por exemplo nos escritos de uma Lélia González ou de um Abdias Nascimento. O choque de perspectivas possibilitado por tal enfoque comparativo ajudaria no trabalho crítico de questionamento das ideologias da brasilidade já avançado com competência por Fabrício Maciel. A título de uma breve lembrança, Florestan Fernandes nos aponta alguns caminhos para a desconstrução de uma brasilidade elitista e conservadora na introdução de *O negro no mundo dos brancos*, não sendo por acaso que o faz em diálogo fraternal com Abdias Nascimento, aprendendo com os movimentos negros de então, que passavam a incorporar a

ideologia da *negritude* e o anticolonialismo revolucionário das lutas de libertação nacional africanas.

Não é também intenção do autor propor uma nova identidade nacional, mas questionar os pensamentos estabelecidos sobre o Brasil-nação. Ao mesmo tempo, reconhece as singularidades de cada contexto histórico e as diferenças de vinculações ideológicas da autora, Marilena Chauí, e dos demais autores analisados. Poderíamos situar José Bonifácio, Nabuco e Freyre como representantes intelectuais de frações das elites econômicas e políticas brasileiras, mesmo que no caso do segundo se trate de um dissidente radical de sua camada estamental de origem, mesmo assim um rebelde incapaz de transpor certos limites. Roberto DaMatta, Jessé Souza e Marilena Chauí já fazem parte dos estratos médios da inteligência universitária brasileira. As perspectivas mais radicais de Souza e Chauí, fazendo-se uso da noção de radicalismo tal como proposta por Antonio Candido (1973), poderiam ser fecundamente confrontadas com o avesso da ideologia do Brasil-nação construída nos movimentos negros, por pensadores indígenas e a partir das perspectivas dos condenados do sistema. A inserção de camadas sociais antes alijadas do ensino universitário – estudantes negras e negros, indígenas, pobres, filhas e filhos de trabalhadores ou de pequenos agricultores etc. – torna esse necessário diálogo uma realidade concreta hoje e não mais uma utopia de “ida ao povo”. Se não soubermos aproveitar essa oportunidade, estaremos nada fazendo no plano da nossa *práxis* política acadêmica para superar as ideologias do mito nacional.



O livro *A ideologia do Brasil-nação* possui cinco capítulos, contando ainda com dois prefácios de Jessé Souza e Edson Farias, escritos respectivamente para a primeira e a segunda edições. Além da conclusão, oportunamente intitulada “Para além da brasilidade”, foi acrescido um posfácio em que o autor revela estar atento às transformações políticas recentes e de que seu estudo crítico sobre as ideologias da identidade brasileira se volta para debater as questões do tempo presente. Seria muito difícil resumir aqui todo o conteúdo de cada capítulo, por isso irei me ater ao que pude apreender como sendo o fio condutor de *O Brasil-nação*. Parece-me que o alvo central de suas críticas são as visões tradicionalistas da realidade nacional, ou melhor, das teorias que explicam os dilemas brasileiros atuais a partir de fatores atávicos do nosso passado histórico e, por isso, nos impedem de esquadrihar as estruturas e dinamismos de nossa modernidade periférica. A intenção de Fabrício Maciel seria de analisar as múltiplas facetas do mito fundador brasileiro e sua eficácia prática nos tempos atuais.

O primeiro capítulo, “A escravidão e a nação ideal de José Bonifácio”, procura justamente identificar as raízes políticas e intelectuais do nosso mito fundacional nos discursos daquele que foi considerado oficialmente o patrono da Independência. As contradições de um liberalismo conservador são esmiuçadas de modo a se demonstrar a distância entre uma imagem idealizada, mistificada, de uma nação que se pretende liberal e o Brasil real escravista, oligárquico e violento. O efeito de dissociação cognitiva desse mito

fundador se faz sentir ainda hoje, reproduzindo-se uma autoimagem positiva do brasileiro altamente eficaz em ocultar a sociopatia das classes dominantes e dos setores médios que lhes são subordinados na defesa de seus privilégios. O caráter religioso desse mito fundador, calcado numa espécie de relação mágica, sobrenatural, entre Deus, pátria, homem e natureza, já começa a ser destrinchado no primeiro capítulo e será retomado nas análises ideológicas de Freyre e DaMatta como atualizadores da autoimagem positiva do Brasil-nação mestiço e de uma exótica democracia social.

O segundo capítulo, “A crítica da escravidão e a nação moderna de Joaquim Nabuco”, talvez atue na tessitura geral do livro como um contraponto à autoimagem positiva de nosso mito fundador. Ao desvendar a estrutura escravista da sociedade brasileira, que nos afeta em todas as esferas da nossa existência política, cultural e econômica, Nabuco aponta as distâncias entre o Brasil real e a tradição inventada por representantes intelectuais de nossas elites conservadoras, pertencentes primeiro aos estamentos aristocráticos do império e depois às oligarquias em decadência que irão se transmutar nas classes burguesas no Brasil republicano. A escolha de Nabuco se faz inquestionável, dadas as possibilidades de analisar as contradições e dilemas de uma consciência liberal em tensão consigo mesma, porém acredito que o contraste com outras grandes figuras do movimento abolicionista como Luís Gama, Antônio Bento ou José do Patrocínio, ajudaria a pintar um quadro mais exato desse Brasil real, sem talvez algumas idealizações de um liberalismo esclarecido.



⁵Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFF-Campos e do PPG em Sociologia Política da UENF. Pesquisador do CNPq.

No terceiro capítulo, “Cultura mágica e submissão política em Gilberto Freyre”, o autor parece se deixar levar pelo encantamento do talento da escrita de *Casa Grande & Senzala*, baixando um pouco a guarda e deixando-se levar pela construção de uma autoimagem positivo de nós mesmos. Mas isso seria só aparência. Evitando recair numa leitura condenatória da obra de mestre de Apipucos, Fabrício Maciel reconstrói com destreza e de maneira altamente convincente o mito de um país mestiço, que se funda numa toda peculiar democracia social sedimentada no equilíbrio de antagonismos, cuja origem se encontra na plasticidade da colonização portuguesa e no sistema da economia patriarcal brasileira. Sem dúvidas Gilberto Freyre emerge como o maior ideólogo das elites nacionais, sistematizando um mito fundador que não foi invenção sua, mas que contribuiu para tornar parte constitutiva do Brasil moderno. A ideologia *freyreana* se espalhou pelo conjunto de nosso tecido social, ganhando em termos *gramscianos* uma dimensão orgânica. Enquanto o Brasil de Freyre ainda sobreviver, essa ideologia ainda terá fortes efeitos práticos nos rumos nacionais e talvez nos caiba recontar a história brasileira a partir das ideologias antagônicas ao Brasil das elites.

O quarto capítulo, “A atualidade da ideologia brasileira em Roberto DaMatta e a crítica de Jessé Souza”, talvez seja o mais duro no julgamento do nosso mito fundador. O *neofreyreanismo* de DaMatta parece não ser poupado em nenhum momento. O autor morde fortemente e assopra muito suavemente aqui ou ali.

Analisando mais detidamente o livro *O que faz o Brasil, Brasil?*, Fabrício Maciel irá expor com mais detalhes suas críticas às teses tradicionalistas sobre o Brasil, que reatualizam e reelaboram sistematicamente o mito fundador da brasilidade, as quais identifica nas obras, dentre outros aspectos muito diversas entre si, de Freyre e do próprio DaMatta, de Buarque de Holanda e até mesmo de Raymundo Faoro. Baseando-se em Jessé Souza, seus argumentos são convincentes, mas não sei em que medida apontar a articulação entre arcaico e moderno nos meandros da nossa sociedade signifique assumir necessariamente uma tese tradicionalista. Por outro lado, as críticas a DaMatta me parecem acertadas e nos ajudam a rejeitar uma autoilusão que nos traz muitos prejuízos ao conhecimento das nações brasileiras negadas ou distorcidas pela história oficial.

Por fim, o quinto e último capítulo, *Marilena Chauí e o autoritarismo em nosso mito*, o autor procura, de um lado, aproveitar positivamente os argumentos de Chauí para refutar as teses tradicionalistas sobre o Brasil e, de outro, discorda das interpretações da mesma sobre as raízes do autoritarismo no próprio mito fundador. Fabrício Maciel nos adverte que o Brasil seria muito mais moderno do que os teóricos tradicionalistas estariam propensos a admitir. O nosso “autoritarismo” não seria algo peculiar ao brasileiro ou um legado de nosso momento fundacional, mas a consequência mesma das relações capitalistas baseadas no mercado e nas classes sociais. Talvez com a mente voltada para a nossa situação política atual, o autor chama a atenção para a importância do sagrado, do mágico e da



religião na construção do mito fundador, um dos elementos mais importantes que então aponta na interpretação de Marilena Chauí. Por conta da mais recente eleição presidencial no Brasil, o debate sobre o autoritarismo ganhou um lugar de proeminência nos nossos meios acadêmicos.

Chamaria atenção, no entanto, para as críticas de Florestan Fernandes às chamadas “teorias” do autoritarismo e suas dificuldades para ir além da condenação dos excessos de Estados ou governos autoritários, sem desafiar as próprias bases estruturais e históricas da dominação de classes. As noções de autoridade, autoritário e autoritarismo possuem uma origem liberal nítida e, pela sua dimensão formalista e às vezes descritiva, não permite uma análise concreta das contradições sociais, políticas e históricas das sociedades capitalistas modernas. Se quisermos desafiar intelectualmente os poderes autocráticos constituídos, devemos ser críticos de nossos próprios conceitos e de nossa inserção como categoria social nos debates políticos. Acho que, nesse sentido, o próprio conceito de autoritarismo precisaria passar por um crivo mais crítico. Essa, contudo, seria apenas uma digressão marginal ao conteúdo do livro *O Brasil-nação*. Em termos da desconstrução crítica das ideologias do mito nacional, o livro de Fabrício Maciel nos ajuda a assumir posicionamentos no debate público brasileiro atual e esse seria, a meu ver, o principal mérito do trabalho aqui em debate. Precisamos ir além, como propõe no final o seu autor, de uma visão do paraíso da brasilidade.

Fabrício Maciel⁵

Na última edição do seminário anual do CMD, tive a oportunidade de receber algumas críticas de três queridos colegas, direcionadas ao meu livro *O Brasil-nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional* (Rio de Janeiro, Autografia, 2ª edição, 2020). Agradeço especialmente a Edson Farias por proporcionar este espaço tão importante para o debate. Foram várias as excelentes questões e vou me concentrar aqui naquelas que considero vitais para pensar o Brasil hoje.

Respondendo a Marcus Caixeta, o primeiro dos debatedores, gostaria de iniciar problematizando a relação teórica e empírica entre raça e classe. Discordo da excelente leitura de Caixeta, especificamente da parte sobre Joaquim Nabuco, quando ele acredita que eu teria comprado de alguma forma o discurso que sustenta não haver racismo de cor no Brasil. Esta percepção surge diante de minha leitura do jovem Nabuco, especialmente em seu livro *Abolicionismo*. Neste, o autor é certamente um dos primeiros pensadores brasileiros a compreender que raça e classe, no Brasil, são *um só problema teórico e empírico*.

Considero este ponto de grande importância, pois presenciamos no Brasil e no mundo, neste exato momento, uma ênfase unilateral no paradigma do racismo. Episódios marcantes



como o assassinato de Georg Floyd nos Estados Unidos colocaram a questão do racismo recentemente em grande evidência tanto na esfera pública quanto na academia. É fato inegável que atitudes racistas se intensificaram em todo o mundo no atual contexto de governos autoritários. Entretanto, se quisermos pensar o Brasil em toda a sua complexidade não podemos ignorar ou minimizar a especificidade de nossa estrutura de classes e sua relação *intrínseca* com nosso racismo. Este é o mote central de minha reflexão sobre a obra de Nabuco que, no século XIX, vai ser provavelmente o maior crítico do Brasil ideal, construído por José Bonifácio, como tento mostrar no livro. Neste sentido, Nabuco é um teórico sobre o problema conjugado da raça e da classe no Brasil.

A segunda importante questão levantada por Caixeta se articula com a primeira. Trata-se em de um problema de ordem epistemológica, ou seja, a existência de pelo menos “dois Nabucos” na trajetória de nosso autor. O primeiro seria o jovem, que escreveu os livros *A Escravidão* e *O Abolicionismo*, ao qual dedico minha análise. O segundo seria um Nabuco maduro, aquele que escreve sua autobiografia intitulada *Minha Formação* e a biografia de seu pai, *Um Estadista do Império*. Para Caixeta, este segundo Nabuco, saudoso do império, seria tão conservador em sua leitura do Brasil quanto José Bonifácio e Gilberto Freyre, o que teria passado despercebido em minha leitura e feito com que eu tivesse poupado Nabuco da crítica central de meu livro, ou seja, situando-o como crítico e não como ideólogo da brasilidade.

A crítica é interessante e produtiva por uma série de razões. O fato de existirem dois ou mais Nabucos não é em si uma contradição. Uma pessoa pode ter ideias radicais ou revolucionárias na juventude e depois simplesmente mudar de posição. Mas não me parece ser o caso. Acredito que o jovem Nabuco, que já admitia sua crença na superioridade da monarquia enquanto forma de governo e em um Estado forte, estava mais preocupado naquele momento em escrever um poderoso tratado abolicionista, a um só tempo analítico e político. É neste Nabuco que estou especialmente interessado, ou seja, o teórico, que preza pelas ideias e que escreveu brilhante e profunda crítica sobre o sentido da escravidão brasileira. Para ele, em uma perspectiva nitidamente hegeliana, a degradação da escravidão só pode ser compreendida a partir de seu conteúdo moral. É impossível que uma nação defenda qualquer ideal de progresso e modernidade se uma elite preguiçosa e apequenada moralmente mantém a maioria da população em uma condição existencial aviltante e degradante, ferindo qualquer ideal de dignidade. Com isso, toda a nação se encontra rebaixada moralmente. Foi na profundidade destas ideias que fiquei e ainda estou interessado, para pensar o Brasil atual, que ainda mantém boa parte de sua população apartada de qualquer possibilidade de inserção digna em nossa estrutura de classes.

Entretanto, a crítica de Caixeta é importante também por levantar outra questão. Quando li Nabuco pela primeira vez me deparei de imediato com o seu “duplo”, ou seja, uma longa lista de conhecidos comentadores e comentadoras. Aqui podemos ter um



problema, se ficarmos presos a algumas leituras informalmente oficiais que prevalecem na academia sobre os autores e autoras clássicos. No caso de Nabuco, me deparei com algumas leituras altamente rudicionistas de sua obra, ressaltando muito mais as histórias contadas pelo Nabuco conservador de *Minha Formação* e *Um Estadista do Império*, do que discutindo as ideias do teórico da juventude. Com isso, a lição que fica é que precisamos ler os comentadores, mas também retornar sempre a uma leitura nua e crua das obras originais, pois é lá que encontramos as ideias ainda virgens em todo o seu potencial analítico.

Foi o que tentei fazer com Joaquim Nabuco. A análise iniciada em *A Escravidão* e aperfeiçoada anos depois em *O Abolicionismo* é uma profunda compreensão do sentido sociológico da escravidão. Para ele, o problema central do Brasil consistia em compreender raça e classe ao mesmo tempo, considerando que uma pequena elite branca domina material e moralmente uma massa de pessoas negras. Não dá para afirmar que se trata apenas de racismo, pois existe aqui uma dominação específica que não se explica sem uma teoria de classes, para o que Nabuco estava atento. Não se trata simplesmente de um grupo de pessoas que pratica ódio e estigma racial contra outro grupo, a partir de critérios adscritivos como cor da pele e cabelo, ou por simples preconceito de origem. Para Nabuco, parece claro existir uma dominação material e moral de uma classe de pessoas brancas sobre uma classe de pessoas negras. Com isso, a

abolição seria o primeiro passo decisivo para a superação desta condição histórica desigual de raça e classe.

Por fim, vale dizer que este debate nos lega a responsabilidade de repensar criticamente a tese da herança escravocrata ainda hoje, considerando que a abolição na verdade foi o início de um abandono impessoal da população negra e pobre à sua própria sorte, como nos mostra Florestan em *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. A pergunta que permanece em aberto, entretanto, é “como” a herança escravocrata permanece, ao longo de gerações, enquanto elemento central na reprodução de nosso racismo e desigualdade de classes. Esta tematização é de profunda importância hoje. O jovem Jessé Souza, por exemplo, com quem dialogo diretamente em meu livro, era um ferrenho crítico da tese da herança escravocrata, como se esta fosse um mal de origem que nos explicasse de maneira vaga e abstrata. Curiosamente, em seu *best-seller* recente, *A Elite do Atraso*, escrito para o grande público, Souza faz toda a concessão ao paradigma da herança escravocrata, sem explicar como ela permanece viva ao longo de gerações. No fim das contas, ela é a nossa “cultura” e ponto final, o que parece cair no mesmo essencialismo que ele sempre criticou. Não por acaso, o termo atraso no título do livro, usado para definir o que seria a principal característica de nossa elite, é fortemente simbólico e sintomático, pois nos remete exatamente à principal característica que Souza atribuía anteriormente à nossa “sociologia da inautenticidade”, que ele criticava em seus primeiros livros.



Na sequência, Ricardo Visser também me presenteia com excelentes questões, e vou novamente me concentrar naquelas que considero mais urgentes. A principal delas nos remete à clássica distinção weberiana entre pensamento ético e mágico, que Weber constrói baseado em seus vastos estudos sobre a religião. Para Visser, eu teria reproduzido uma distinção rígida entre magia e ética, em minha tentativa de pensar o mito da brasilidade, o que teria me conduzido a uma contradição insuperável ao longo do livro. Com isso, a questão de ordem fundamental que ele levanta é se toda identidade nacional conteria ou não a presença de elementos mágicos. Considero este um problema vital, pois me permite esclarecer alguns aspectos importantes de minha tese central no livro.

Com efeito, meu argumento é que o mito da brasilidade, construído e reproduzido por alguns de nossos principais autores e autoras desde José Bonifácio, seu fundador, tem a função central de esconder nossa desigualdade em toda a sua complexidade. Para tanto, nosso mito apela o tempo inteiro para construtos abstratos que defino como mágicos. Para Weber, um dos aspectos centrais da religiosidade mágica seria a não separação, no imaginário dos fiéis, entre as coisas “deste mundo” e as coisas do mundo espiritual, ou seja, uma representação mental que não encontra limites entre os assuntos “intramundanos” e “extramundanos”. Tentei fazer no livro um exercício de transposição de tais categorias para pensar o imaginário nacional brasileiro. Gilberto Freyre é provavelmente nosso autor que melhor descreve este imaginário, especialmente em *Casa Grande &*

Senzala, em passagens emblemáticas, como aquelas nas quais ele descreve nosso hábito colonial de enterrar os mortos dentro de casa e de representar o menino Jesus como uma criança.

É preciso de imediato dissipar algumas possíveis confusões. Primeiro, devemos nos perguntar em que medida tais formas de representação mágica ainda existem no pensamento do brasileiro comum nos dias de hoje. A performance pública de Jair Bolsonaro é o melhor exemplo atual de nosso imaginário mágico. Assim como Lula, Bolsonaro é uma encarnação viva do mito da brasilidade. Entretanto, ambos mobilizam aspectos distintos de nosso mito. Enquanto Lula é a encarnação do brasileiro nordestino, simples e humilde, o que encontra ressonância no emblemático slogan de seu governo “Brasil, um país de todos”, Bolsonaro é a perfeita representação do homem branco brasileiro das classes populares, também simples, turrão, sincero, espontâneo, sempre sorridente, que fala o que lhe dá na telha e leva tudo na sacanagem. A aparente contradição entre ambos é apenas superficial. Não por acaso, por serem os únicos dois grandes políticos carismáticos do Brasil recente, Lula e Bolsonaro mobilizam por caminhos distintos aspectos essenciais do mito brasileiro. Não devemos obviamente ignorar os diferentes ideais de mundo e de sociedade simbolizados por ambos. Meu interesse no livro foi tentar compreender qual é o conteúdo específico do mito da brasilidade, construído por nossa intelectualidade, e que vai preencher nossa consciência nacional desde a independência.



⁷ Analisei as narrativas mitológicas da França e da Inglaterra, a partir da obra de Michel Foucault, em comparação com o caso brasileiro, no artigo “Construção nacional e aprendizado político: o saber-poder da brasilidade”, publicado no *Caderno CRH*, v. 23, nº 60, 2010.

Com isso, vale um esclarecimento teórico importante. Os mitos nacionais não são a verdade sobre a vida das nações, mas sim a sua representação afetiva e simbólica, e neste sentido Visser está certo em sua preocupação sobre o fenômeno universal do mito. Percebo assim o mito nacional como uma “meia-verdade”, ou seja, um conjunto de ideias mais ou menos articuladas que exercem grande influência em nossa autopercepção moderna. Deste modo, Lula e Bolsonaro são duas faces da mesma moeda de nosso imaginário, pois o que o homem moreno nordestino tem em comum com o homem branco do sul ou do interior de São Paulo é a sua simplicidade, espontaneidade e sofrimento, ou seja, sua condição de eterno batalhador que precisa sonhar com um futuro melhor e contar sempre com a ajuda de alguém mais forte, seja este um político com o qual ele se identifica ou simplesmente a figura de Deus, em todas as suas vertentes brasileiras, sejam elas católicas, espíritas, evangélicas ou híbridas. Daí advém o sentido de meu argumento central no livro: o conteúdo mágico do mito da brasilidade se desdobra na articulação entre Deus, a política, o povo e a natureza, em nosso imaginário.

Por fim, outra chave analítica da crítica de Visser levanta a possibilidade de comparação entre o conteúdo dos mitos nacionais modernos e suas reverberações contemporâneas. Visser está correto ao perceber que todo mito nacional possui algum conteúdo mágico, na medida em que apela para elementos pouco articulados no imaginário popular. Entretanto, é vital notarmos que cada mito possui seu conteúdo *específico*. A comparação com os Estados Unidos é

muito produtiva pois, no caso deles, o aspecto mágico do mito *apela para elementos éticos*, e eles aparecerão tanto em Trump como no recém eleito Biden. Situado no contexto de intensificação da desigualdade sócio econômica global, Trump é eleito com um discurso agressivo, se apropriando instrumentalmente da pauta trabalhista e evocando o *American way of life* e o *American great again*. Aqui, a magia americana apela para o mito de sua superioridade ética diante de outros povos, o que inclui sua pureza (supremacia branca), seu estilo de vida (capitalista produtivo e democrático de oportunidades) e sua vanguarda global. Todos os elementos do *mito* americano, assim, vão sedimentar em boa medida sua política nacional interna e externa. Biden por sua vez é o mito americano em sua versão mais suave e democrática. Não por acaso, sua vice Kamala Harris já exerce de imediato um protagonismo na construção simbólica do novo governo, evocando ao lado de Biden um papel semelhante àquele atribuído a Obama na “pacificação do mundo”, além da própria pacificação interna de seu país. Longe de colocar Trump e Biden no mesmo espectro ideológico, considerando que o primeiro é obviamente a encarnação perfeita de toda incivilidade Ocidental, o importante é perceber que qualquer tematização do mito nacional precisa situar a nação em questão em sua condição geopolítica. Com isso, toda a ação interna e externa norte-americana será necessariamente legitimada com o apelo ao conteúdo ético de seu mito nacional.



⁸ Para uma excelente crítica ao livro de Schwarcz ver a resenha de Marcos Abraão Ribeiro, “Lilia Schwarcz e a persistência do nacionalismo metodológico nas interpretações do Brasil”, publicada em *Sociologias*, ano 22, nº 54, maio-agosto 2020, p. 358-373.

Além do emblemático caso americano, podemos também recorrer a outros exemplos. No caso alemão, o mito vai apelar para a capacidade de organização nacional do país. No caso francês, a autopercepção nacional vai sugerir um país com tradição de lutas políticas e democráticas, mito este que espantosamente reproduzimos de maneira quase automática em muitas de nossas discussões, como se o Brasil não fosse um país assentado em lutas constantes. No caso inglês, o apelo vai buscar uma suposta origem celta e um histórico de construção nacional assentado em lutas guerreiras, além de uma origem nobre.⁷ Ou seja, todos eles evocando algum tipo de conteúdo ético em seu mito, contrário ao nosso apelo a conteúdos mágicos, semelhante a países como o México, dentre outros.

Por fim, Diogo Valença me brinda com uma belíssima resenha sobre o livro, ressaltando especialmente a necessidade de se pensar o que seria o avesso da ideologia do Brasil-nação. Tentarei mais uma vez me concentrar nos pontos nodais e responder, na medida do possível, à altura das excelentes questões colocadas. A primeira delas se remete a um de nossos debates centrais, que é sobre *a especificidade do autoritarismo brasileiro*. Valença coloca o problema quando resalta a necessidade de se dissipar as confusões sobre um dos pilares desta discussão, ou seja, a tese de Sérgio Buarque na qual este último afirma que, por trás do homem cordial, na verdade existe uma personalidade autoritária, avessa aos rituais e que nunca praticou de fato a democracia. Valença foi muito feliz ao levantar esta questão e acho que não preciso repetir aqui a conhecida

crítica de Jessé Souza a Sérgio Buarque, nomeando este como o maior representante da “versão iberista” do que Souza define como sendo nossa “sociologia da inautenticidade”.

O ponto que me parece mais importante aqui tem a ver com uma questão que levanto no capítulo 5 do meu livro, o qual dedico a discutir os argumentos de Marilena Chaui desenvolvidos em seu livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, um ensaio que ela escreve no contexto das comemorações dos 500 anos do Brasil, no ano de 2000. Quando me deparei com este belo livro, não pude deixar de perceber sua genialidade e ao mesmo tempo suas gritantes contradições, que refletem o debate maior sobre o tema. Depois de um esforço grandioso em explicar nosso mito de origem paradisíaca e passando por temas nodais como a manipulação ideológica do verde-amarelismo, Chaui não consegue escapar da antiga tese de que no fundo nós somos uma cultura autoritária e ponto final, concordando assim com Freyre, Sérgio Buarque, Damatta e toda a tradição que vai nesta direção. No fim das contas, ela realiza o exercício de uma “filosofia da inautenticidade” brasileira, como defino no livro, não rompendo, portanto, com a percepção de que nós seríamos simplesmente o outro da modernidade, não acabado e não realizado.

Outro exemplo recente e emblemático deste tipo de interpretação é o livro de Lilia Schwarcz, *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*, escrito aparentemente para o grande público, mas que é naturalmente lido e discutido nos meios acadêmicos. Longe de querer reproduzir aqui os confusos e estranhos cancelamentos que a autora



sofreu recentemente no que diz respeito ao tema do racismo, gostaria de direcionar uma crítica séria à tese do autoritarismo, na qual a autora compartilha basicamente de todos os pressupostos da tradição que menciono acima. Procurando descrever nossa especificidade em um ensaio de linguagem clara e bem escrita, típica da autora, Schwarcz reescreve, com referência a alguns dados atuais, as nossas principais teses: somos racistas movidos por uma forte herança escravocrata, guiados por um forte espírito de mandonismo, patrimonialistas, corruptos e campeões da violência e da desigualdade social.⁸ Temos com isso um quadro bem montado sobre nossa realidade. Mas talvez não seja exatamente assim.

Não vou repetir aqui a conhecida crítica de Jessé Souza ao nosso suposto personalismo/patrimonialismo. Gostaria de avançar com um ponto que levantei em minha crítica ao livro de Chaui e que também pode ser produtiva diante do livro recente de Schwarcz e do debate como um todo sobre nosso autoritarismo. Será que algumas teses clássicas sobre o Brasil, válidas provavelmente há algumas décadas, ainda conseguem explicá-lo *hoje*? A questão nos impõe de imediato alguns desafios. No caso específico da tese sobre a especificidade do autoritarismo brasileiro, será que ela ainda faz sentido no cenário atual, no qual inúmeros governos autoritários emergem com todo o vigor no mundo inteiro? (ainda que Trump tenha acabado de perder a eleição nos Estados Unidos e haja uma reação de várias forças de esquerda na América Latina neste exato momento a questão ainda me parece relevante).

É claro que as autoras e autores aqui mencionados não estão negando a existência de formas de autoritarismo em outros países. Entretanto, o que me preocupa é o foco no autoritarismo da *cultura* brasileira. Não é outra coisa o que vai fazer Roberto Damatta, em pleno vigor da ditadura militar, quando escreve seu *Carnavais, Malandros e Heróis*. Ao invés de direcionar sua crítica ao governo autoritário, o fato é que, no auge de seu argumento, ele vai dizer que o brasileiro é autoritário, reproduzindo Freyre com todas as letras, como destaque em meu livro, quando este último afirma, por exemplo, que o caráter nacional autoritário do brasileiro exige governos fortes. Em suma, o perigo deste tipo de crítica consiste exatamente em essencializar uma suposta personalidade autoritária do brasileiro. O clássico e conhecido estudo capitaneado por Adorno sobre o tema deixou claro que a personalidade autoritária depende de contextos de radicalização do capitalismo e pode florescer com vigor mesmo em países considerados de tradição democrática, a começar pelos Estados Unidos, local no qual a pesquisa foi realizada.

Com isso, é difícil aceitar a tese de que somos autoritários e ponto, reproduzida também nos termos do nosso mandonismo. Tais teses parecem não reconstruir os pressupostos objetivos e subjetivos, datados historicamente, que podem levar à predominância de uma personalidade autoritária em contextos específicos no Brasil, como é o caso sob o governo Bolsonaro, ou em qualquer outro país. Compreender as razões para tanto precisa inclusive romper com nosso “nacionalismo metodológico”, como diria Ulrich Beck, no



sentido de considerar as determinações externas ao Brasil que nos trouxeram à atual conjuntura (ou que nos levaram à ditadura de 64), como a evidente influência da política externa norte-americana. Tal perspectiva me parece colocar seriamente na berlinda as teses de nossa herança escravocrata e nosso mandonismo inato, como se estes sobrevivessem misteriosamente ao longo de gerações, enquanto traço insuperável da identidade do brasileiro.

Por fim, outra grande questão levantada por Valença nos remete à preocupação com os excluídos de toda sorte e com o fato de que estes podem falar por si mesmos, o que talvez nos fornecesse uma imagem de nação avessa ao Brasil-ideal. Esta é uma proposta concreta que Valença levanta para a construção da imagem de um Brasil real, ignorado pelos autores que crítico no livro. Compartilho totalmente com esta preocupação e gostaria de fazer alguns adendos. Valença com isso nos remete à importante e polêmica questão do lugar de fala nas ciências sociais contemporâneas e especialmente em seus contornos no Brasil. Com efeito, estou especialmente preocupado em tecer pontes e diálogos, buscando perceber, por exemplo, o que pode haver de conexões entre autores como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e Abdias do Nascimento, bem como em autoras como Lélia Gonzáles, bem lembrada por Valença, dentre muitas outras. A construção de diálogos críticos e produtivos, no bom sentido deste termo, em um ambiente acadêmico atual que se tornou uma verdadeira babel intelectual, na qual as pessoas pouco se escutam, se faz urgente. Também é vital rompermos com um certo

bolsonarismo metodológico, que coloca todo o foco nas ilusões da conjuntura recente e não nos permite fazer reconstruções históricas mais amplas e profundas sobre a reprodução de nossa desigualdade.

Entretanto, são bastante sintomáticos certos cancelamentos e linchamentos realizados na academia e na empobrecida esfera pública brasileira atual. Estes podem ser creditados em boa medida a uma certa dificuldade de leitura que tem afetado um número cada vez maior de pessoas. Atualmente, um número crescente de leitores se dedica mais a pequenos artigos em *blogs* e *posts* nas redes sociais, que muitas vezes são escritos apressadamente diante do calor dos acontecimentos da conjuntura, marcada por uma verdadeira novelização midiática da política, do que a ler artigos ou livros científicos que exigem tempo de decantada reflexão para serem escritos, além de pesquisa baseada em métodos. Este é um problema estrutural de nossa esfera pública e de nossa academia bastante grave, que pode minar a capacidade de reflexões teóricas sólidas. Uma pessoa oprimida pode, por exemplo, reproduzir as ideias de seu opressor, se não tiver tempo e oportunidade de fazer uma reflexão decantada sobre os fatos e for movida pelas emoções das acaloradas discussões momentâneas que predominam nas redes sociais.

Por fim, vale dizer que eu não pretendo e nem teria como esgotar aqui todas as excelentes críticas levantadas pelos meus colegas. Só me resta agradecer pela oportunidade de poder exercer o que há de mais importante na construção das ciências sociais e da esfera pública: a capacidade de confronto crítico e honesto, disposto a



escutar o outro e questionar suas próprias convicções. Este talvez seja o caminho do qual nos distanciamos na conjuntura política recente, na qual a distância entre o “nós e os outros” parece se tornar cada vez mais um abismo intransponível. Este é um dos principais desafios que precisamos enfrentar neste exato momento, a começar pelo campo progressista.